



**JOSÉ MAURÍCIO
DE LIMA NOLASCO**

Presidente do Tribunal
de Contas do Estado
do Rio de Janeiro

ESCOLA DE CONTAS E GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Educação continuada - Gestão por competência

Fadado ao destino das iniciativas bem-sucedidas, foi o que se deu com a criação do Instituto criado pelo artigo 102 da Lei Complementar do Estado nº 63, de 01.08.90, denominado Instituto Serzedello Corrêa pela Resolução TCE nº 161, de 24.11.92, presságio que os atos de gestão adotados durante a Presidência do Conselheiro Aluisio Gama de Souza, com a sua reconhecida competência de emérito educador, fizeram engrandecer.

Transformada pelo artigo 38 da Lei Estadual nº 4.577/05 em Escola de Contas, a Entidade segue esse destino alvissareiro até os dias de hoje sob a normatividade do seu Regimento Interno baixado pela Deliberação TCE nº 231/05, passando a **Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - ECG/TCE-RJ** a órgão autônomo vinculado à Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com as suas ações norteadas segundo os princípios gerais de **gestão por competências; educação continuada; organização que aprende; e, democratização do conhecimento.**

Em 28.11.06, veio a ser reconhecida como integrante do Sistema Estadual de Ensino, uma vez comprovado estar subordinada à legislação específica, com a publicação do Decreto Estadual nº 40.367, resultado da proficiente iniciativa do então Presidente, Conselheiro José Gomes Graciosa.

Com esteio na estratégia de educação continuada, a Escola tem os seus objetivos voltados para a promoção do ensino e pesquisa na área de gestão pública, com vista ao aprimoramento do desempenho e do controle governamental assentado na valorização do raciocínio criativo para inovar a gestão pública mediante adoção de novas tecnologias e para alcançar a educação corporativa através de soluções de aprendizagem e compartilhamento de conhecimentos.

Em oportunidade anterior, acentuei o significado e importância de decisão do egrégio Conselho Superior da ECG/TCE-RJ ao ensejar a celebração de convênios entre o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), com o objetivo de estabelecer programa de cooperação educacional, técnica e científica entre o TCE-RJ, através da Escola de Contas e Gestão (ECG); com o TJ-RJ, através da Escola de Administração Judiciária (ESAJ), para o desenvolvimento de cursos, estudos, pesquisas e ações direcionadas à capacitação de servidores; e, TJ-RJ, através da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), com objetivo voltado para o estabelecimento de programa de cooperação educacional, técnica e científica para o desenvolvimento de cursos, estudos, pesquisas e ações direcionadas à formação e ao aperfeiçoamento continuados, voltados para a área jurídica.

Sob o primado de assegurar conhecimentos aos jurisdicionados, ao invés de puni-los pelo eventual resultado fruto de informação incorreta, o Plano Estratégico do TCE-RJ, para o quadriênio 2008-2011, define como um dos principais objetivos o desenvolvimento de uma política de recursos humanos voltada para a valorização de seus servidores e dos servidores dos

órgãos jurisdicionados, por entender que, promovendo o desenvolvimento profissional do seu quadro funcional e difundindo conhecimento aos jurisdicionados, o TCE-RJ estará contribuindo decisivamente para o exercício pleno da cidadania e aumento da eficiência, eficácia e efetividade do setor público. Além do significado desse citado Documento, figuram entre os resultados das atividades da ECG/TCE-RJ no decorrer do exercício de 2007, entre outras realizações, os seguintes destaques: i) **Implantação do Programa de Capacitação Regional**; ii) **Implantação dos Cursos online**; iii) **Diplomação em Pós-Graduação lato sensu**; iv) **Cursos de Capacitação**; v) **Cursos de Formação**. Foram ministrados no exercício 122 cursos e atividades para 6.019 alunos participantes. Para o exercício de 2008, estão previstas como principais atividades: i) **Prêmios Ministro Gama Filho e Melhores Práticas**; ii) **Palestras Regionalizadas** - Deliberações TCE-RJ n°s 244 e 245/07; iii) **Programa de Capacitação Regional** para as regiões Norte e Noroeste, Central, Sul e Baixadas Litorâneas, nos cursos de a) **Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros**; b) **SIG FIS**; c) **Execução Orçamentária**; d) **Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF**; d) **Contas de Gestão**; e) **Prestação de Contas, Tomada de Contas e Tomada de Contas Especial**; iv) **Projeção do novo Curso de Mestrado em Administração**; **Cursos de Capacitação e Cursos Externos**; e, v) **Início de Cursos de Capacitação e Formação, Cursos Externos, Palestras e Seminários**, prevendo-se em 2008 a presença de 7.750 participantes e atividades compreendendo 195 turmas.

José Augusto de Assumpção Brito

Diretor-Geral da Escola
de Contas e Gestão -
ECG/TCE

Ao promover a realização de cursos de pós-graduação para seus servidores, o TCE-RJ, por meio da Escola de Contas e Gestão, sedimenta sua missão como Escola de Governo, no sentido de formar quadros superiores na administração pública. Busca também conjugar o esforço de transmissão com o de produção de conhecimento próprio sobre o setor público, a fim de criar alternativas de atuação em processos inovadores de desempenho e de governança — sempre em consonância com as necessidades e expectativas da sociedade.

A Escola aposta na idéia de que sua missão transformadora só será consolidada pela criação de espaços mais amplos para a reflexão e geração de saberes e de práticas mais próximas da realidade da administração pública brasileira. Entende ainda que a ECG, para atingir o nível de excelência pelo qual pretende ser reconhecida, precisa gerar produtos que possam agregar valor à administração pública. E é com esse propósito que vem incentivando a transformação do conhecimento produzido pelos seus alunos da ECG em saberes que possam contribuir na oferta de práticas públicas diferenciadas.

Dessa forma, a ECG promoveu duas turmas do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública — CIPAD, de que participaram 76 servidores do TCE-RJ no período 2005/2007. O CIPAD é um programa educacional de longa tradição no âmbito da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em nível de especialização, instituído há mais de 30 anos com o propósito de propiciar uma visão estratégica da ação governamental; favorecendo assim a capacidade de reflexão crítica, com vistas a preparar agentes de mudanças no âmbito das organizações do Setor Público.

No entanto, o ensino superior — neste caso, em nível de especialização — não deve ser visto como um conjunto fechado, separado do mundo. Essas turmas, com base no desejo de novos conhecimentos, promoveram investigações das mais variadas, trazendo como resultado a geração de conhecimentos que poderão ser aplicadas no dia-a-dia, possibilitando novas formas de atuação. Ao garantir o pluralismo ideológico e a liberdade de pensamento dos alunos, a Escola cumpre o papel de formar sujeitos políticos conscientes, com compromisso social — servindo assim como um instrumento de desenvolvimento da sociedade.

Esta edição da *Síntese: Revista do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro* traz artigos escritos por técnicos do TCE-RJ com base nos seus trabalhos finais do CIPAD, como forma de exemplificar a importância que representa para esta instituição o incentivo à geração de novos conhecimentos; conhecimentos estes que possam contribuir tanto para o aperfeiçoamento das competências de seus técnicos, como para uma prática pública mais condizente com as necessidades da sociedade.

No primeiro artigo, *O alcance das decisões dos Tribunais de Contas no exercício do Controle Externo em face do poder discricionário do administrador público*, Neilton Ferreira Macharete discorre sobre o poder discricionário que tem o administrador público com relação à conveniência e oportunidade na prática dos atos de administração, assim como suas possibilidades e limites. São analisadas as competências constitucionais outorgadas aos Tribunais de Contas e até onde se questionam os atos administrativos praticados na perspectiva da discricionariedade, buscando responder sobre a existência de um possível conflito entre a liberdade do gestor público e a atuação das Cortes de Contas.

O segundo artigo publicado, *A atuação das Escolas de Contas no aperfeiçoamento da gestão pública: estudo de caso da Escola de Contas e Gestão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro*, de Dinair da Graça Salles Guimarães, Maria de Lourdes Ramos e Albuquerque e Sandra Maria Freitas Ongaratto, enfoca a necessidade de educação permanente e de atualização técnica pelos servidores públicos como estratégia para garantir o bom desempenho da gestão pública. Assim, os governos começam a investir em programas de educação para os seus técnicos, implementando as chamadas Escolas de Governo e, no caso dos Tribunais de Contas, as Escolas de Contas e Gestão.

No terceiro trabalho, *A análise dos editais de obras ou serviços de engenharia realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ante a questão da economicidade versus a discricionariedade*, Maria Clara Martins Costa Chmielewski fala sobre a análise da economicidade realizada pelo TCE-RJ nos editais de concorrência pública de obras ou serviços de engenharia, com o objetivo de esclarecer quais os limites impostos a esta análise pelo poder discricionário do gestor. Suas conclusões têm como suporte pesquisas sobre os aspectos históricos da origem e evolução do controle dos Tribunais de Contas, assim como as questões legais, técnicas e formais que envolvem o tema.

O quarto e último artigo, *Desenvolvimento Sustentável nos municípios: estudo de casos*, produzido por Luisa Maia, Roberto Luis de Souza Ferreira e Simone Quintão de Moraes, contempla uma reflexão sobre o tema desenvolvimento local sustentável ao analisar dois programas municipais premiados no Programa Gestão Pública e Cidadania. Destaca a competência constitucional do TCE-RJ em avaliar Programas objetivando o exame das diversas dimensões de desempenho da ação pública e faz recomendações de atividades a serem desenvolvidas pelos administradores municipais para garantir a sustentabilidade dos programas adotados.

As monografias selecionadas nesta edição da *Síntese: Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro* representam o reconhecimento do esforço, não só dos seus autores, mas de todos os servidores que concluíram com êxito os cursos de pós-graduação — CIPAD/FGV.

Que esta publicação sirva para despertar o interesse do leitor na reflexão dos temas aqui apresentados, bem como para fomentar o engajamento de outros colegas no compartilhamento da informação e do conhecimento.

Boa leitura a todos.